

A política do atraso: uma crítica do patrimonialismo e da cordialidade nas crônicas d'Os Bruzundangas, de Lima Barreto

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é fazer uma leitura das crônicas jornalísticas reunidas na obra Os Bruzundangas, de Lima Barreto, investigando a crítica às instituições republicanas e aos costumes políticos da República Velha (1889-1930). Com isso, buscamos compreender as formas de os brasileiros agirem politicamente. No estudo, será feito um paralelo entre a obra de Lima Barreto e os ensaios clássicos de Sérgio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil) e de Raymundo Faoro (Os donos do poder).

PALAVRAS-CHAVE: Literatura brasileira. Crônica jornalística. História. Política. Lima Barreto.

Almir Messias Pina

almirpina@tera.com.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

Marcelo Fernando de Lima

marcelolima@utfpr.edu.br

Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, Paraná.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo analisar alguns aspectos das crônicas jornalísticas publicadas no livro *Os Bruzundangas* (1923), de Lima Barreto, obra satírica publicada em livro após a morte do escritor e que retrata de forma crítica o Brasil do início do século XX, com destaque para as questões cotidianas, mostrando as mazelas do regime republicano. A obra denuncia as práticas presentes na República da Bruzundanga, um país imaginário onde os interesses privados governam a vida dos cidadãos. A obra faz ainda uma crítica aos preconceitos, à política conservadora e aos valores literários duvidosos da época.

Abordaremos aqui aspectos da crítica política de Lima Barreto e questões sensíveis à formação do estado, que influenciaram as áreas social, política e econômica do país. A obra fornece subsídios para o confronto de ideias e conceitos extraídos de alguns intérpretes da formação nacional, como *Raízes do Brasil* (1936), de Sérgio Buarque de Holanda, e *Os donos do poder* (1958), de Raymundo Faoro.

Na primeira parte, faremos um contexto histórico do país, com destaque aos aspectos mais relevantes para a análise de *Os Bruzundangas*, e a crítica aos costumes políticos da República Velha. Na segunda parte, faremos a análise da obra, levando em conta os conceitos de patrimonialismo e cordialidade. Nosso objetivo final é extrair de *Os Bruzundangas* elementos para confrontar com as ideias presentes nos clássicos da formação do Brasil, verificando quais os costumes políticos da República Velha (1889-1930) tidos como viciosos ou execráveis ainda estão presentes no Brasil do século XXI.

LIMA BARRETO E O BRASIL

Afonso Henriques de Lima Barreto (1881-1922) nasceu e viveu no Rio de Janeiro, a agitada capital do país, num período marcado por profundas transformações sociais, políticas e econômicas. Um dos fatos mais relevantes foi a Abolição da Escravidão (1888), promovida ainda no Império, com consequências nos campos político, econômico e social e que marcou de forma positiva a infância e a obra de Lima Barreto, um dos poucos escritores brasileiros a se identificar como negro no período.

A mudança do regime monárquico para o republicano (1889) afetou negativamente a família Lima Barreto. O pai, monarquista declarado, perdeu o emprego. Além disso, Lima Barreto tinha uma visão positiva em relação ao antigo regime, considerando a república fruto de um golpe militar comandado por um tirano (Floriano Peixoto). A ascensão do regime republicano, para o autor, além de favorecer apenas um setor da sociedade já estabelecido (as oligarquias), não trouxe nenhuma forma de inclusão para as camadas mais pobres da sociedade, o que é tematizado em seus livros e artigos jornalísticos.

As oligarquias conseguiram cooptar politicamente as principais lideranças políticas republicanas, bloqueando qualquer tentativa de oposição. José Murilo de Carvalho lembra que a aliança das oligarquias nos grandes estados, especialmente São Paulo e Minas Gerais, permitiu que, até 1930, mantivessem o controle da política nacional (2013, p. 41).

A Primeira República foi também denominada de “república dos coronéis” em razão do poder político que esses indivíduos, em sua maioria proprietários rurais, ostentavam. O coronelismo representava uma variante do clientelismo, presente tanto no campo, quanto na cidade. O tema é relevante em Lima Barreto, que abordou a condição miserável em que vivia o povo do subúrbio, que não tinha direitos, em parte pela própria existência do clientelismo.

Com o regime republicano, o pai de Lima Barreto, João Henriques, se vê obrigado a pedir exoneração do cargo que ocupava na Imprensa Nacional, pois os postos no serviço público eram ocupados mediante indicação política. Mais tarde, por influência do senador Afonso Celso, João Henriques se tornou administrador da colônia de alienados da Ilha do Governador, transferindo-se para lá com a família.

Nessa ocasião, Lima Barreto permaneceu na cidade do Rio a fim de completar os estudos. Em 1897, começou a frequentar o curso de Engenharia Civil na Escola Politécnica. No entanto, logo se deu conta do peso das diferenças de classe na convivência com os colegas mais ricos, sendo fortemente discriminado inclusive por professores, fato que o levou a sucessivas reprovações e à saída definitiva do curso.

Depois disso, Lima Barreto passou a ganhar a vida como funcionário público do Ministério da Guerra e como jornalista. Trabalhou em diversas publicações e chegou a fundar a revista “Floreál”, onde publicou os primeiros capítulos do romance “Recordações do escrivão Isaiás Caminha”, impresso finalmente em 1909, em Portugal.

Em 1910, já com problemas de alcoolismo, Lima Barreto se afastou temporariamente da atividade de funcionário público para tratamento de saúde. Em menos de três meses, escreveu o romance “Triste fim de Policarpo Quaresma”, livro que se tornaria sua obra mais conhecida, lançado somente em 1916 com recursos próprios.

Em 1917, entregou ao editor Jacinto Ribeiro dos Santos os originais de “Os Bruzundangas”, que só apareceram em volume em dezembro de 1922, após sua morte. Em 1918, sofreu nova internação, solicitando e obtendo em seguida aposentadoria do serviço público por invalidez. Faleceu de gripe torácica e de colapso cardíaco no Rio em 1º de novembro de 1922. O pai faleceu dois dias depois. Nesse mesmo ano, foi publicado o primeiro capítulo do romance inédito “Clara dos Anjos”, obra iniciada por volta de 1904 (primeira versão) e que narra a história de uma mulher negra seduzida e abandonada pelo namorado branco.

OS BRUZUNDANGAS E A POLÍTICA DO ATRASO

O confronto das ideias dos intérpretes sobre a formação do Brasil com a narrativa de Lima Barreto é esclarecedor, pois muitas vezes temos a sensação de estarmos lendo autores que viveram na mesma época. Daí a atualidade de sua obra, pois o clientelismo ainda está impregnado na nossa cultura. Cabe aqui uma breve discussão sobre o conceito de patrimonialismo.

Raymundo Faoro, em *Os Donos do Poder*, ao explicar a origem do estado português, lembra que o incremento do comércio acelerou o aparecimento do sistema patrimonial e que o sistema feudal que antecedeu o capitalismo era

incompatível com o mundo português. O sistema patrimonial prende os servidores numa rede patriarcal, na qual eles representam a extensão da casa do soberano. O Estado torna-se uma empresa do príncipe, com quadro administrativo, comércio e aparato de guerra (2012, p. 17-41).

Essa característica do Estado português foi reproduzida no Brasil, desde a conquista até os dias atuais, em maior ou menor intensidade, ensejando confusão entre o público e o privado. Bresser Pereira (2001, p. 227-8) argumenta que o poder político do estado está concentrado em um estamento aristocrático-burocrático de juristas, letrados e militares: seu poder e sua renda derivam do próprio estado, havendo uma confusão entre o patrimônio do estado e o de cada um dos membros do estamento patrimonial.

A classe dirigente brasileira vem sendo moldada e formada a partir desses pressupostos. A compreensão desse fato histórico explica a presença excessiva do estado a regulamentar tudo na vida do cidadão, a ausência de um serviço público profissionalizado, o nepotismo, dentre outros males, que fazem com que a república não vislumbre o bem comum.

Na obra *Os Bruzundangas*, Lima Barreto (2011, p.81-3) traça um perfil bem humorado e ácido da classe dirigente do início do século XIX, ao comentar as características da sociedade da República da Bruzundanga:

É deveras difícil dizer qualquer coisa sobre a sociedade da Bruzundanga. É difícil porque lá não há verdadeiramente sociedade estável. Em geral, a gente da terra que forma a sociedade só figura e aparece nos lugares do tom, durante muito pouco tempo. Os nomes mudam de trinta em trinta anos, no máximo. Não há, portanto, na sociedade do momento tradição, cultura acumulada e gosto cultivado em um ambiente propício. São todos arrivistas e viveram a melhor parte da vida tiranizados pela paixão de ganhar dinheiro, seja como for. Os melhores e os mais respeitáveis são aqueles que enriqueceram pelo comércio ou pela indústria, honestamente, se é possível admitir que se enriqueça honestamente (2011, p. 81).

A crítica ao bacharelismo e ao que Raymundo Faoro viria a denominar “estamento burocrático” está bastante presente na obra satírica de Lima Barreto:

Os que formam diretamente a grande sociedade são os médicos ricos, os advogados afreguesados, os tabeliães, os políticos, os altos funcionários e os acumuladores de empregos públicos. Por mais que se esforcem, por mais que queiram, semelhantes homens, atarefados dia e noite, nos escritórios, nas repartições, nos tribunais, nos cartórios, na indústria política, não podem ter o repouso de espírito, o ócio mental necessário à contemplação desinteressada e à meditação carinhosa das altas coisas. Limitam-se a pousar sobre elas um olhar ligeiro e apressado; e a preocupação de manter os empregos e fazer render os cartórios, tirar-lhes-á o sossego de espírito para apreciar as grandes manifestações da inteligência humana e da natureza. [...] Vem-lhe isto não de uma incapacidade nativa, mas do contínuo tormento de cavar dinheiro, por meio de empregos e favores governamentais, do sentimento de insegurança de sua própria situação. [...] A política não é aí uma grande cogitação de guiar os nossos destinos; porém uma vulgar especulação de cargos e propinas [...] (2011, p. 81-2).

A dependência exclusiva do Estado em todas as esferas da vida também é objeto de crítica, pois para o autor, com o advento da república, as fortunas particulares aumentaram em detrimento do bem comum. Nesse sentido, as lições de Faoro, ao lembrar que o brasileiro que se distingue há de ter prestado sua colaboração para o aparelhamento estatal, não na empresa particular, no êxito dos negócios, nas contribuições à cultura, mas numa ética confuciana do bom servidor, com carreira administrativa e curriculum vitae aprovado de cima para baixo (FAORO, 2012, p. 831).

Apesar das relações de clientelismo estabelecidas, a Bruzundanga, como toda república que se preze, tem sua constituição, trazendo especialmente a “organização” política do estado e os “direitos” e “garantias” individuais do cidadão. E a Constituição Republicana de 1891 não escapou das críticas ácidas de Lima Barreto, especialmente pela importação do modelo americano e por não trazer transformações na vida da maioria das pessoas.

Normalmente, a elaboração de uma nova constituição é precedida de importantes mudanças políticas, representando um momento de ruptura com o passado e a instalação de um novo regime político. Apesar disso, a Constituição de 1891 não trouxe rupturas.

Lima Barreto, que sempre foi um crítico do novo regime, não perdeu a oportunidade de mostrar as contradições e a hipocrisia da classe dirigente. Lançou críticas aos membros da Assembleia Constituinte, lembrando que dentre os seus integrantes havia jovens poetas, tenentes de artilharia, velhos possuidores de escravos e bisonhos jornalistas. Destaca que de início a dúvida que assombrava os membros constituintes da Bruzundanga, que iriam elaborar a nova Carta Política, era saber qual constituição imitar, revelando a crítica de Lima Barreto à baixa capacidade intelectual dos constituintes e a mania da elite em seguir paradigmas estrangeiros (LIMA BARRETO, 2011, p.64).

A ausência de ruptura com o passado explica a falta de legitimidade e de representação dos diversos setores sociais na elaboração da Constituição de 1891. Os males da Bruzundanga podem ser resumidos na ausência de cidadania e de representação efetiva e não necessariamente no regime político adotado, sendo equivocado imaginar que a mudança de regime pela via da conciliação ou dos conchavos possa alterar a realidade (COMPARATO, 2007, p.11-12).

Uma mostra da ausência de representatividade é o sistema que viria a ser chamado posteriormente de “voto de cabresto”, ainda presente nos dias de hoje:

Os deputados não deviam ter opinião alguma, senão aquelas dos governadores das províncias que os elegiam. As províncias não poderiam escolher livremente os seus governantes; as populações tinham que os escolher entre certas e determinadas famílias, aparentadas pelo sangue ou por afinidade (LIMA BARRETO, 2011, p. 65).

O autor não suportava a hipocrisia da elite dirigente e sua “falsa modernidade”, por isso fazia troça com as altas autoridades da República, parodiando até mesmo a norma constitucional que fixava as exigências para ocupar os cargos de ministros:

Houve mesmo disposições originais que merecem ser citadas. Assim, por exemplo, a exigência principal para ser ministro era a de que o candidato não entendesse nada das coisas da pasta que ia gerir. Por exemplo, um ministro da Agricultura não devia entender coisa alguma de agronomia. O que se exigia dele é que fosse um bom especulador, um agiota, um judeu, sabendo organizar trusts, monopólios, estancos, etc. (LIMA BARRETO, 2011, p. 65).

A confusão entre o público e o privado pode ser explicada também a partir das lições de Sérgio Buarque de Holanda, que considera a repulsa a todas as modalidades de racionalização, e por consequência, de despersonalização, um dos traços mais constantes dos povos de estirpe ibérica (HOLANDA, 1995).

Para expor sua tese, Sérgio Buarque de Holanda cita o psicólogo Alfred Ruhl, que dizia chamar a atenção, entre os espanhóis, o fato de julgarem perfeitamente normal a aquisição de vantagens pessoais por intermédio de indivíduos com os quais travaram relações de afeto ou camaradagem, e não compreenderem que uma pessoa, por exercer determinada função pública, deixe de prestar a amigos e parentes favores dependentes desta função.

Antonio Candido, ao escrever sobre o significado de “Raízes do Brasil”, afirma que o brasileiro foi formado nos quadros da estrutura familiar, tendo recebido o peso das “relações de simpatia”, que dificultam a incorporação a outros agrupamentos. “Por isso, não acha agradáveis as relações impessoais, características do Estado, procurando reduzi-las ao padrão pessoal e afetivo” (CANDIDO, 1995, p. 16-17)

Nas palavras de Sérgio Buarque, o “homem cordial” não acha agradáveis as relações impessoais, o que justifica entre nós as práticas clientelistas e a rede de favores pessoais, explicando em parte as graves desigualdades sociais reinante no Brasil até os nossos dias, pois tudo orbitou em torno do Estado, com as oportunidades e riquezas sendo apropriadas pela classe dominante a partir de critérios não racionais. A partir dessa ideia, explica Ricardo Costa de Oliveira:

A “nobreza brasileira” é a base social histórica da classe dominante tradicional no Brasil, que vai ganhando força política, consistência e consciência com os séculos, até se tornar a sede e o centro do Império, em 1808. Esta nobreza da terra apresentou um padrão miscigenado bastante frequente. Esta nobreza brasileira seguiu uma evolução política e formou a República, em 1889, com um regime político oligárquico no século XX (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

Lima Barreto descreveu de forma semelhante a nobreza da Bruzundanga:

A nobreza dos doutores se baseia em alguma coisa. No conceito popular, ela é firmada na vaga superstição de que os seus representantes sabem; no conceito das moças casadeiras é que os doutores têm direito, pelas leis divinas e humanas, a ocupar os lugares mais rendosos do Estado; no pensar dos pais de família, ele se escuda no direito que têm os seus filhos graduados nas faculdades em trabalhar pouco e ganhar muito (2011, p. 45-46).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo mostrou a importância de “Os Bruzundangas”, de Lima Barreto, não só para a literatura brasileira e para o jornalismo, mas também para outras áreas das ciências sociais, pois esta obra satírica, ao revelar o cotidiano do período da República Velha e os costumes políticos da época, evidenciou um Brasil a partir da visão de um intelectual não pertencente à elite dirigente, suscitando a necessidade de se analisar a história com espírito crítico, de modo a permitir a formação de indivíduos e cidadãos com capacidade de análise e reflexão.

As ideias Lima Barreto permitem compreender como se originou o que hoje chamamos de estado brasileiro, a partir das características da família patriarcal portuguesa, da não prevalência do bem comum, já que tudo pertencia ao soberano e a seus apaniguados. A dificuldade de instalação de uma ordem pública impessoal e baseada na lei também pode ser compreendida com maior clareza, pois o conceito de “homem cordial”, cunhado por Sérgio Buarque de Holanda, está sempre presente, fazendo com que os brasileiros se orientem nos negócios e na vida pública e privada pelas emoções, afastando-se da racionalidade e da aplicação das normas de forma impessoal e abstrata.

Essa forma de agir do “homem cordial” e as relações personalistas daí derivadas, cuja origem remonta à família patriarcal portuguesa, é que explicam por que em pleno século XXI o Brasil está se debatendo se é legal ou ilegal (constitucional ou não) a escolha de familiares ou amigos mais próximos para ocupar cargos importantes na alta administração pública, ocupando os chamados “cargos de confiança”, ignorando qualquer critério de mérito ou de racionalidade.

Procuramos firmar uma compreensão clara no sentido de que as transformações necessárias no campo político passam por um maior conhecimento das origens, fazendo-se necessário o incentivo ao estudo multidisciplinar. Quando relacionamos as ideias presentes na obra literária com as obras clássicas e seus intérpretes, nas áreas da história, sociologia e direito, percebemos claramente que as melhorias que visam preservar e aperfeiçoar a democracia e o Estado Democrático de Direito pressupõem a efetiva participação popular através da democracia direta. A superação de todos os obstáculos que impedem o desenvolvimento pleno da nossa democracia não é questão simplória a ser resolvida somente com leis, mas principalmente com a mudança de mentalidade, o que leva algumas gerações.

The politics of backwardness: a critique of patrimonialism and cordiality in Lima Barreto's chronicles in *Os Bruzundangas*

ABSTRACT

The aim of this research is to study Lima Barreto's *Os Bruzundangas*, investigating the criticism of the republican institutions and the political customs of the First Republic (1889-1930). We seek to understand the ways Brazilians act politically. In the study, we will make a parallel between the work of Lima Barreto and classic essays written by Sérgio Buarque de Holanda (*Raízes do Brasil*) and Raymundo Faoro (*Os donos do poder*).

KEYWORDS: .Brazilian literature. Journalistic chronicle. History. Politics. Lima Barreto.

REFERÊNCIAS

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Brasil. São Paulo: Editora 34, 2014.

CANDIDO, Antonio. O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil: o longo caminho. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COMPARATO, Fábio Konder. Prefácio e Organização. In: FAORO, Raimundo. A República Inacabada. São Paulo: Globo, 2007.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. São Paulo: Globo, 2012.

HOLANDA, Sérgio Buarque. Raízes do Brasil. 26. ed. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. Os Bruzundangas. 4. ed. São Paulo: Ática, 2011.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Na teia do nepotismo. Curitiba: Insight, 2012.

Recebido: 29 out. 2019.

Aprovado: 10 jan. 2020.

DOI: 10.3895/rde.v10n17.11676

Como citar:

PINA, M.P.; LIMA, M.F. A política do atraso: uma crítica do patrimonialismo e da cordialidade nas crônicas d'Os Bruzundangas, de Lima Barreto. R. Dito Efeito, Curitiba, v. 10, n. 17, p. 63-71, jul./dez. 2019. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/de>>. Acesso em: XXX.

Direito autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da Licença Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional.

